

ACTA N°5/2012

Aprovada em 27 setembro 2012

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA  
EM VINTE E QUATRO DE JULHO DE  
DOIS MIL E DOZE**

No dia vinte e quatro de Julho de dois mil e doze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão extraordinária de 2012 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com o seguinte ponto único:

**-Projecto de deliberação apresentado pelo Bloco de Esquerda para a "realização de referendo local relativamente à pronuncia da Assembleia Municipal de Coimbra", com a seguinte pergunta: "Concorda que a Assembleia Municipal de Coimbra se pronuncie sobre a reorganização das freguesias integradas no Município de Coimbra, promovendo a agregação, fusão ou extinção de qualquer uma delas?"**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

**Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):**

Manuel Carlos Lopes Porto, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, João Francisco Lencastre Campos, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Joana Margarida Alves Martins, Maria Helena Cavaleiro Moura Ramos, Hugo Filipe Martins Rodrigues, Maria Helena Santos Mendes e Jorge Manuel Dourado Vieira.

Presidentes de Junta: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Hernâni Marques Ferreira.

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, Milene Catarina Pereira Cunha, André Luís Serra de Oliveira, José Manuel Gonçalves da Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos

Rogério Antunes Pinto, André Gonçalo Dias Pereira e António José Costa Sequeira.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal. Faltou justificadamente Manuel Veloso da Costa.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Isaura Maria Cardoso Reis Madeira, João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho e José Luís Faria Pimenta.

Faltou justificadamente Firmino Vítor.

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

**"Pina Prata, Agora Sim":**

José Manuel Torres Farinha

**Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, Paulo Jorge Carvalho Leitão, José António Pinto Belo, Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena, João Pedro Fernandes Trovão.

**Mesa:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal **António Alberto Maló de Abreu**, pelo período de 2 dias com início a 23 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Hugo Filipe Martins Rodrigues**.

Deputado municipal **Paulo Luís Cunha de Almeida**, pelo período de 2 dias com início a 23 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS) (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Jorge Manuel Dourado Vieira**.

Deputado municipal **Carlos Alberto Nunes da Silva**, pelo período de 3 dias com início a 22 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS) (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Maria Helena Santos Mendes**.

Deputado municipal **Fernando Jaime Alves Dias Martinho**, pelo período de 2 dias com início a 23 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDU) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Trouxemil, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Hernâni Marques Ferreira, nos termos do mesmo diploma.

O Presidente da Assembleia Municipal deu início às intervenções dando voz ao deputado:

### **Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):**

#### **1. A INTENCIONALIDADE**

“O Bloco de Esquerda pretende impedir a concretização deste projeto governamental de extinção de freguesias no território nacional, inicialmente apresentado no chamado Documento Verde em Setembro de 2011 e posteriormente consolidado na lei nº 22/2012, de 30 de Maio.

O Bloco de Esquerda apresenta-se no espaço público em apoio das populações, designadamente daquelas que serão mais penalizadas pela redução de serviços públicos de proximidade, visa ajudar a construir um lugar de convergência com outras forças políticas, com autarcas e com movimentos cívicos que se opõem a este projeto e espera contribuir para a solidariedade com as comunidades locais afetadas.

#### **2. AS JUSTIFICAÇÕES**

Em primeiro lugar, este projeto governamental é de rejeitar, porque não obedece a uma ideia global e coerente de reorganização política do território nacional. Não prevê a transferência de poderes do estado central para as regiões administrativas, cuja criação, apesar de a Constituição da República a exigir desde 1976, está ausente desta lei.

Em segundo lugar, este projeto é inaceitável, porque decorre não duma mobilização das forças políticas e dos cidadãos deste país com vista a construir um país mais equilibrado, mais diversificado e mais participado, no respeito pelo princípio da subsidiariedade, mas porque é exigido por uma tripla entidade externa, integrada pelo FMI, BCE e UE, cujos agentes ignoram a história e as especificidades sociológicas, geográficas e antropológicas da população portuguesa.

Em terceiro lugar, este projeto é incoerente porque, ao pretender legitimar-se na cláusula nº 3.44 do chamado Memorando de entendimento, que obriga a reduzir significativamente o número de entidades da administração local (308 municípios e 4259 freguesias), ignora dois dos itens aí especificados — reforço da prestação do serviço público e aumento da eficiência. Apenas tem em conta o terceiro item — a redução de custos.

Em quarto lugar, este projeto é autocrático e antidemocrático porque, apesar da relevância estruturante desta matéria, foi aprovado na Assembleia da República somente com os votos favoráveis da maioria governamental, marginalizou os representantes autárquicos organizados na Associação Nacional de Municípios e na Associação Nacional das Freguesias, reduziu ao mínimo, a um patamar próximo do decorativo, a intervenção das assembleias municipais e de freguesia, não procurou o debate público e a participação informada dos cidadãos, enfim, foi incapaz de conjugar as perspetivas técnicas e científicas sobre o assunto com uma efetiva participação das comunidades locais envolvidas.

Finalmente, este projeto atenta contra a legalidade comunitária uma vez que contraria frontalmente a Carta Europeia da Autonomia Local, aprovada pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo, em 15 de Outubro de 1990 e ratificada pela Assembleia da República em 23 do mesmo mês. O seu artigo 5º diz textualmente: “*As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita.*” Ora, a lei portuguesa permite-o.

### 3. O SIGNIFICADO, A UTILIDADE E A VIABILIDADE DUM REFERENDO

Em 6 de Fevereiro, ainda antes de o governo apresentar a proposta de Lei 44/XII, o Bloco de Esquerda deu entrada na Assembleia da República do projeto de lei nº 163/XII, que definia o regime de audição e participação das autarquias locais e populações no processo legislativo de criação, extinção, fusão e modificação territorial de autarquias locais e que consagrava o referendo local obrigatório e vinculativo nestas matérias. Ignorando a Carta Europeia acima referida, que vincula o estado português, a maioria dos deputados não o aprovou.

A instituição do referendo, nacional ou local, está prevista na constituição e está regulamentada por lei. Não sendo de utilização frequente, como acontece nalguns países, o referendo deve ser encarado como um procedimento democrático a ser usado em situações pontuais, em que seja visível uma discrepância entre o sentido da decisão política assumido pelas maiorias parlamentares e governamentais e a vontade das populações manifestada por várias formas de expressão democrática. Estamos efetivamente perante um caso desses. As posições públicas, coletivas e individuais, a que temos assistido no nosso país, quer na rua, com relevo para a grande manifestação nacional de freguesias em Lisboa, em 31 de março passado, quer no âmbito dos órgãos

autárquicos, por esses municípios fora, quer assumidas individualmente por autarcas e outros cidadãos, indiciam que estamos perante uma clara divergência entre governantes e governados, relativamente a esta reorganização administrativa.

No que diz respeito ao referendo local, o artigo 240.º da CRP diz claramente:

*“As autarquias locais podem submeter a referendo dos respectivos cidadãos eleitores matérias incluídas nas competências dos seus órgãos, nos casos, nos termos e com a eficácia que a lei estabelecer.”* Desta maneira, os órgãos autárquicos locais, no quadro constitucional e legal, têm poderes para consultar os cidadãos, seus eleitores, utilizando o instituto do referendo local, precisamente nas matérias que são da sua própria competência. Não o podem fazer relativamente àquelas que estão atribuídas a outros órgãos, designadamente os que se situam em níveis mais elevados da organização do estado. Dentro do quadro da lei n.º 22/2012, compete às Assembleias Municipais pronunciarem-se sobre a reorganização do território enquanto que na Assembleia da República terá a deliberação final.

Ao propor um referendo local sobre esta matéria, a Assembleia Municipal de Coimbra não irá prescindir das suas competências, antes estará a recolher elementos para que elas sejam exercidas com mais rigor e conhecimento de causa. Como é sabido, a regulamentação do referendo prevê um período de discussão pública em que os adeptos de cada uma das posições sugeridas pela(s) pergunta(s), que previamente tem/têm que ser aprovada(s) pelo Tribunal Constitucional, podem e devem expor os seus pontos de vista e os seus argumentos e organizar correntes de opinião a eles favoráveis.

Pelo exposto, o instituto do referendo tem, nas circunstâncias precisas e acima caracterizadas, um alto significado democrático. E extremamente útil para ajudar a perceber o sentido da vontade maioritária numa comunidade em ocasiões e em assuntos em que ela não seja muito evidente.

O assunto requer um ainda maior cuidado quando, como sabemos, este tema, de alta importância para as políticas locais, esteve completamente ausente da última campanha eleitoral, não tendo os deputados municipais sido eleitos com qualquer projeto de reorganização territorial e administrativa, que pudesse ter sido sufragado pelos cidadãos eleitores.

Por último, a viabilidade do referendo coincide com a viabilidade da democracia. O referendo não substitui a democracia representativa. Enriquece-a.

#### 4.O ACORDÃO N.º 384/2012 DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O Tribunal Constitucional (TC) deliberou, há alguns dias, através do Acórdão n.º 348/2012, reprovando a iniciativa referendária da Assembleia Municipal de Barcelos, igualmente proposta pelo Bloco de Esquerda.

Contudo, o Tribunal Constitucional não colocou em causa, em abstrato, a legitimidade de uma consulta popular local mesmo relativamente a matérias em que a competência deliberativa não é exclusiva do órgão autárquico que a convoca, como é o caso da extinção de freguesias. A Assembleia Municipal pronuncia-se e a Assembleia da República delibera. Cito: “Não se vislumbra que qualquer dos sentidos possíveis do resultado da consulta popular determine a prática de atos ou a adoção de medidas desconformes com a Constituição.”

O que o Tribunal Constitucional não aprovou foi o teor da pergunta, que, no seu entendimento, poderia induzir uma limitação da competência da Assembleia Municipal e até um condicionamento da resposta dos cidadãos.

Convém referir que a pergunta reprovada pelo Tribunal Constitucional relativamente a Barcelos, que é semelhante à que foi apresentada em Coimbra, não era, na verdade, a que o Bloco de Esquerda e os seus juristas entendiam como a mais clara e inequívoca. Com efeito, os prazos impostos pela lei obrigaram a uma formulação algo vaga e ambígua, uma vez que ela teria que ser apresentada à Assembleia Municipal e, no caso de aí ser aprovada, ao Tribunal Constitucional, antes de ser conhecida a proposta formal e concreta de reorganização do mapa das freguesias em cada concelho.

No nosso entendimento, as diversas propostas de reorganização autárquica deveriam surgir oficialmente por parte dos órgãos autárquicos, das forças políticas e de movimentos de cidadãos, após o que seriam sujeitas a debate público num prazo suficientemente alargado. Só após a consolidação duma proposta final, reunindo o máximo possível de posições favoráveis, é que a consulta popular referendária teria lugar e faria sentido, enriquecendo a decisão política das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal. No caso presente, tudo se passou ao contrário, restringindo-se fortemente quer a democracia participativa, quer a democracia representativa local.

E uma das armadilhas e uma imagem de marca da lei n.º 22/2012.

Trata-se, então, chegados aqui, de debater o assunto abertamente, nos seus princípios e nas suas consequências e de encontrar uma formulação mais apropriada e conforme à lei para que o referendo possa vir a ser aprovado e concretizado.

Para isso, dentro dos condicionalismos existentes acima relatados, avançamos com a proposta de uma nova pergunta a submeter a referendo, mantendo-se de pé toda a fundamentação política e jurídica que consta do projeto que têm em mãos.

Esta formulação também contém riscos, mas preferimos corrê-los a colocarmos na posição de facto consumado e de aceitação inevitável e conformada duma solução contra os interesses e os direitos das populações e das autarquias locais.

***A pergunta será: “Concorda com a proposta de reorganização administrativa das freguesias deste município presente para pronúncia da Assembleia Municipal de Coimbra?”***

É claro que essa proposta ainda não é conhecida, pelo que a formulação da pergunta só terá consistência se for referida a uma data próxima do fim de setembro, altura em que se realizaria o referendo. Porém, havendo ainda o ‘filtro legal’ do Tribunal Constitucional, que terá sensivelmente um mês para julgar da legalidade da pergunta reportada a uma proposta concreta a conhecer e a divulgar nessa altura, não corremos o risco de cometer alguma ilegalidade, mesmo que a aprovemos e a remetamos agora ao referido Tribunal Constitucional. Contudo, estamos abertos a outras sugestões.

Para além disto, qualquer que seja a posição desta Assembleia sobre este ponto, entendemos que nos devemos pronunciar sobre outras modalidades de consulta e de debate com as populações das freguesias — o grupo do Bloco de Esquerda, apresentará uma proposta nesse sentido.

Concluindo, estas iniciativas e outras que se seguirão não visam outra finalidade que não a de congregar vontades, sobretudo as que, de forma coerente e desassombrada, se têm manifestado contra um processo que tem atrofiado a democracia e desprezado os direitos das populações. As freguesias são uma riqueza da nossa democracia, não são um estorvo à organização do nosso território.

Preservemos a sua herança cultural e exploremos as suas potencialidades para um futuro mais sustentável, mais justo e mais inclusivo.”

### **Intervenção da deputada municipal Joana Alves Martins (Por Coimbra):**

#### **Moção**

“Somos hoje chamados a este Salão Nobre dos Paços do Concelho para discutir e deliberar sobre a proposta de referendo local apresentada pela bancada do Bloco de Esquerda a esta Assembleia Municipal.

A controversa temática da Reforma Administrativa Local tem gerado grande polémica e descontentamento junto de muitos autarcas do nosso país. Independentemente da opinião que cada um de nós tem sobre esse dossiê ou da forma como o processo foi conduzido pelo Governo, a Assembleia da República Portuguesa (órgão soberano, democrático e representativo do povo português) aprovou no passado dia 30 de Maio o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Esta Lei nº 22/2012, confere às Assembleias Municipais o poder de se pronunciarem sobre a reorganização dos seus concelhos, podendo apresentar uma proposta de mapa das freguesias com as respectivas agregações.

Argumentando falta de legitimidade eleitoral por parte das Assembleias Municipais para tomarem parte nesta decisão, os autarcas do Bloco de Esquerda têm vindo a propor a realização de referendos locais sobre a extinção de freguesias.

O primeiro Concelho a ver aprovada a convocação de referendo local foi Barcelos, tendo nos prazos legais remetido o pedido ao Tribunal Constitucional que se pronunciou sobre a forma de Acórdão, declarando a ilegalidade do mesmo.

*“Ao perguntar, por via referendária, se deve ou não ficar vinculada a promover a agregação, fusão ou extinção de freguesias, a Assembleia Municipal de Barcelos está a pôr nas mãos dos destinatários da pergunta o exercício ou não de um poder que legalmente lhe foi conferido. Ora, tal não é possível, pois o exercício ou não de uma competência legalmente fixada a um órgão administrativo (neste caso, um órgão autárquico) não pode ficar dependente da vontade dos administrados.”*

Por outras palavras, não pode ser sujeito a referendo local uma prática imposta por força da lei geral. Esta decisão sumária sobre a ilegalidade do referendo era previsível e teria sido evitável caso os autarcas do Bloco de Esquerda tivessem feito uma análise cuidada ao 3º e 4º artigos do Regime Jurídico dos Referendos Locais.

Uma vez mais o Bloco de Esquerda aposta numa política de Show-off, pretendendo de forma irresponsável sobrepor-se à lei sob um mando de falsa democraticidade.

Vimos hoje aqui discutir uma não questão e simular um debate que não terá consequência porque a iniciativa em matéria de Reforma Administrativa cabe nesta fase só e apenas à Assembleia Municipal, que não poderá ser condicionada por mais ninguém.

Relembramos que a realização de cada Assembleia Municipal tem custos na ordem dos cinco milhares de euros em senhas de presença, dinheiro esse que pertence aos contribuintes.

À falta de ideias para a cidade de Coimbra, o Bloco de Esquerda responde com falsas bandeiras e fait-divers e isto para nós é inaceitável, sobretudo quando implica o desperdício de dinheiro que é de todos.

Assim, informamos que, não compreendendo a necessidade da marcação desta Assembleia, os Deputados Municipais indicados pela Juventude Social Democrata doarão o montante das suas senhas aos Bombeiros Voluntários de Coimbra, pretendendo assim apoiar aqueles que diariamente (mas sobretudo nesta época do ano) arriscam a vida a troco de nada.

Convidamos os restantes Deputados Municipais a juntarem-se a nós neste acto de protesto contra a convocação desta Assembleia e de solidariedade por quem merece o nosso respeito.

Esta é portanto a Moção entregue à Mesa mas propomos então que esta Assembleia acabe aqui, já que não está de acordo com a legalidade.”

### **Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):**

“O Bloco de Esquerda acabou de referir há pouco, que iria propôr, no sentido não sei se entregou à Mesa algo nesse sentido em relação ao teor da pergunta que pretende sujeitar ao referendo.

O teor da pergunta que neste momento está aqui em discussão, consta da ordem do dia.

Queria perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal se efectivamente essa situação é dada como adquirida, na medida em que, não faz sentido nenhum que as intervenções subsequentes incidam sobre a pergunta anterior, quando temos outra. E se efectivamente a ordem do dia vai ser alterada ou não? Em que termos e em que base regimental?”

### **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu o seguinte:

Não podemos alterar a ordem do dia a uma reunião extraordinária. E por isso coloquei concretamente a pergunta, e, é o que está em discussão tem de ser assim não pode ser de outra maneira.”

### **Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):**

“Nós, não negamos a bondade de iniciativa do Bloco de Esquerda. Em última análise ela visa “salvar” um processo legislativo que deveria estar perto dos cidadãos mas por insondáveis critérios da maioria governamental se afastou irremediavelmente deles. Não porque a Assembleia da República não tenha total competência para representativamente seguir segundo os designos da vontade popular, mas sim, porque a natureza desta da reforma autárquica implica um trabalho paciente, criterioso e próximo das populações que na realidade não existiu nem se quis que existisse. Porque muitos antes do normal processo legislativo de decisão se ter formalizado, era indispensável, encontrar uma metodológica, que trouxesse as populações à reforma legislativa favorecendo mecanismo de consensualidade que sempre estiveram afastados deste processo, só que, tais mecanismos exigem transparência de processos, uma ideia sobre as competências, de um possível novo mapa autárquico uma nova relação de complementaridade e cooperação entre Município e Freguesia. Tudo isso falhou! Ou foi sacrificado, passe a expressão à “orgia do corte” sempre numérica, contabilística, impessoal, anónima com desprezo pelas tradições, pelas solidariedades, pelas vizinhanças e pela partilha de valores e referências que são o fundamento de qualquer identidade. Se se cria uma nova orgânica



administrativa, haveria de tudo se fazer para preservar nela as identidades, que umas vezes agregam, outras vezes separam, mas que sempre distinguem uma reforma autárquica verdadeira de um simples cadastro de polícia.

Por isso, a lei aprovada não merece o apoio do Partido Socialista, no Parlamento como é sabido, ou nesta Câmara, como sabem merece a nossa rejeição.

Infelizmente, a proposta de referendo do Bloco de Esquerda, em nada responde a estas questões, para nós essenciais, porque o texto aqui apresentado acaba por tentar fugir entre as gotas da chuva para esbarrar na selva legislativa e constitucional onde não se deveria perder materializando-se numa falsa pergunta que retira à iniciativa do Bloco a utilidade que nós gostaríamos muito à partida que ela tivesse.

Ao perguntar aos cidadãos de Coimbra, se eles concedem à sua Assembleia, aquilo que a lei já lhes concedeu, se lhe dão competência para se manifestarem sobre um processo legislativo, quando não fazemos outra coisa desde o dia do seu conhecimento público, estaríamos a dar uma falsa ideia do nosso trabalho nesta câmara. Parceria que esta Assembleia se apresenta longínqua das opiniões, anseios e até angústias das nossas actuais freguesias, quando temos entre nós, os seus presidentes eleitos, que com calor e com coragem nos transmitem hora a hora, o sentimento das populações.

Não temos angústias sobre as nossas competências, nem estamos preocupados com a meta física das nossas atribuições, aceitamos e cumprimos a lei, e agiremos em completa liberdade e responsabilidade.

Acontece ainda que uma tal pergunta, às populações do nosso Concelho, nada tem a ver com aquilo que as preocupa, quantos numa leitura menos atenta ou numa expectativa mais ansiosa, seriam levados a pensar que nas nossas mãos com um sim ou com um não, estaria uma resposta concreta para o concreto futuro da sua freguesia concreta. Ora, não é nada disso que se perguntaria com o hipotético referendo e a breve trecho teríamos ajudado a criar uma confusão maior do que aquela que já existe e com ela um desgaste político injusto para com esta Assembleia Municipal.

Não criamos ilusões que não somos capazes de os satisfazer, já vasta não podermos dar aos nossos concidadãos muito daquilo que eles têm direito.”

### **Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):**

“Pois, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez V. Exa. muito bem, em convocar esta Assembleia para a discussão de uma proposta do Bloco de Esquerda porque, independentemente de estarmos ou não de acordo, com o teor da mesma, evidentemente que é um assunto de interesse local. É um assunto de interesse local, na medida em que estamos todos neste momento envolvidos na questão da reorganização do território. Mas, tal como a proposta do Bloco de Esquerda nos é apresentada, é evidente que não poderemos concordar com o teor da mesma, e não concordamos com o teor da mesma na perspectiva da pergunta formulada, como não concordamos em relação aos pressupostos invocados para fundamentar esse mesmo referendo que é proposto pelo Bloco de Esquerda.

Em primeiro lugar, um referendo quando é apresentado aos eleitores em geral evidentemente que tem que ser objectivo, tem de ser claro, tem que ser preciso, e a pergunta formulada, já ouvimos aqui que pretendem de alguma forma reformular a pergunta mas mesmo não entrando na ordem do dia, a pergunta que eu ouvi de forma reformulada, mesmo essa merece a nossa crítica e merece a nossa crítica dizendo o seguinte:

Os senhores deputados já pensaram até que ponto é que a sensibilidade, de um eleitor da Freguesia de Stº Antº dos Olivais, se pronuncia em relação a um referendo deste tipo e em que medida é que a motivação de um outro eleitor por exemplo da freguesia de Almedina ou de S. Bartolomeu, ou de uma outra freguesia rural as motivações, são iguais? Não são! As motivações de uma freguesia que tenha mais de 15 mil cidadãos, em relação a outra freguesia, que tenha menos de 15 mil cidadãos, evidentemente que essa motivação não pode ser igual, e por isso mesmo esta pergunta objectivamente, feita à generalidade dos eleitores, em relação às 31 freguesias só por isso merece a nossa reprovação.

Como lhe falta esta característica de objectividade naturalmente que também não pode ser clara, nem precisa. Mas, a proposta depois fundamenta-se do nosso ponto de vista, em alguns pressupostos, que nós entendemos de não serem os mais correctos.

O Bloco de Esquerda invoca o artigo 11º, nº 1 e nº 4 da lei 22/2012. Ora é claro que, do ponto de vista que nós entendemos que neste aspecto, mesmo as duas intervenções anteriores já foram nesse sentido, esta Assembleia não tem competência exclusiva para apreciar se a reorganização administrativa pode ser, na base do entendimento exclusivo desta Assembleia porque de facto a lei nº 22 já estabelece parâmetros, estabelece objectivos, estabelece princípios orientações estratégicas com base nas quais não é possível alterar determinados aspectos em relação aquilo que se pretende definir.

Chamo a atenção que parâmetros objectivos estão estabelecidos, nós não podemos alterar muito esses parâmetros. Evidentemente, se nos perguntarem se estão de acordo objectivamente também, com esta reforma, evidentemente que eu até comungo de algumas das críticas do deputado Luís Marinho, esta reforma não nos entusiasma, mas vivemos num estado de direito, e vivemos numa democracia representativa. Temos que observar esta lei, custe ou não aquilo que nos custar, temos que a observar até a mesma ser revogada. Quando ele for revogada ou alterada assim teremos que seguir esse caminho.

Mas, senhoras e senhores deputados, evidentemente que a invocação da Carta Europeia de Autonomia Local para sustentar esta proposta, é claro que muitas vezes, nós somos levados a ler aquilo que mais no convém, mas o que é certo é que o normativo, na sequência do qual, o Bloco de Esquerda se fundamenta, por ventura não o leu na totalidade. Porque esse normativo subordina exactamente a possibilidade da consulta às autarquias locais no caso em que efectivamente possa haver qualquer alteração aos seus limítrofes territoriais, se, e no caso em que a lei o permitir. A própria lei orgânica do referendo local, também é clara nesse sentido, *“são expressamente excluídas do âmbito referendário local as matérias integradas na esfera da competência legislativa reservada aos órgãos de soberania.”*

Os senhores fazem uma coisa extraordinária, invocam três acórdãos do Tribunal Constitucional, em relação aos quais não poderemos utilizar os argumentos que deles resultam em relação ao à vossa proposta, não sei se os leram, em primeiro lugar o Tribunal Constitucional não deu sequência, deu procedimento, decidiu favoravelmente a qualquer dessas propostas de referendo e depois tentam ultrapassar esta situação com uma coisa absolutamente extraordinária, os senhores para tentar legitimar a vossa proposta de referendo, os senhores passam à evocação da inconstitucionalidade de duas normas, uma é exactamente o artigo 4º da Lei Orgânica do Referendo Local, e a outra é em relação ao artigo 12º da Lei nº 22. Também não sei como não invocaram a Obrigatoriedade da

Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, que é um pressuposto desta lei. Agora pergunto-vos, acham que invocando vêm aqui a esta Assembleia, e invocam a inconstitucionalidade, acham que isso tem uma consequência lógica? E uma consequência directa pratica? Não tem! Os senhores para obter a inconstitucionalidade de uma determinada norma, das duas uma, ou recorrem ao artigo 280º da Constituição ou recorrem ao artigo 285º da mesma constituição. Os senhores das duas uma, ou requerem a fiscalização em abstracto da mesma da própria inconstitucionalidade e da ilegalidade através dos órgãos próprios, ou tem unhas para recorrer desta Assembleia e vão invocar a inconstitucionalidade nos Tribunais, ou no Tribunal Administrativo.

Por todas estas razões, mas efectivamente era necessário fazer os comentários que tivemos que fazer, entendemos não é possível votar favoravelmente o referendo apresentado pelo Bloco de Esquerda.”

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):**

“Naturalmente não vou falar da importância do tema que nos trás hoje aqui, que o deputado de bancada que me antecedeu já falou dessa questão.

Vou recordar só para termos uma ideia, que de facto hoje há, eu tenho aqui hoje um dever de cidadania, no fundo mostrando como o tema que hoje estamos a debater, o facto de hoje termos uma lei recente sobre a reforma Administrativa, só na parte contemporânea estamos a falar há 200 anos, não sei se todos tem presente, tem mais de 30 diplomas ao longo do século XIX, ao longo do século XX, até à lei de 2012 define novamente o Regime Jurídico de Reorganização Administrativa.

Apenas queria chamar a vossa atenção, tanto na proposta na pergunta que hoje nos trás aqui, como o acórdão recebido recentemente, apenas falo no nome, parece-me singular importância recordar-vos que Martens Ferrão, não foi apenas o único Código Administrativo, aliás vigorou apenas 1 ano.

Há uma longa legislação, houve um longo debate ao longo destes quase 200 anos entre este reformismo, os debates entre centralização/descentralização, e regionalização e esta ausência de memória que é terrível de verificarmos hoje. Provavelmente muitos de nós, tivéssemos hipótese de lermos um pouco mais textos de João Serra sobretudo, ou do próprio César Oliveira, escritos e publicados no século XX, teríamos visto como este debate torna ocioso, aliás grande parte de legislação produzida tinha extraordinários relatórios que mostravam a importância e o impacto destas reformas. O debate que se coloca sim, hoje, já não é este apenas, Jorge Sampaio chamou-lhe livro branco, hoje a actual legislatura chama-lhe documento verde. Até nisso é interessante, nós podermos reflectir sobre esse momento.

Só queria pois recordar-vos que sempre que, o liberalismo falou da descentralização e repito o código de Martens Ferrão não é descentralizador, foi fortemente centralizador, por isso, também terminou cedo, liberalismo esse sim, identificado sobretudo no código de António Rodrigues Sampaio 1878 foi o que esteve em vigor durante muito mais tempo, mas esta descentralização tem sido sempre considerada ao arrepio dos nossos hábitos e costumes.

Por isso, o debate ainda hoje, poderia ter sido mais rico, se de facto, todos tivéssemos cientes de como ao longo destes 200 anos de mais de 40 diplomas, este debate entre municipalização administrativa e distritalização política combinasse melhor os efeitos e os aspectos da crise.

Era só isto que queria dizer e chamar a atenção para a importância desta memória histórica e da fundamentação da legislação que deveria estar mais presente que não está nos nossos diplomas.”

**Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Esta Assembleia é de facto uma Assembleia importante, senão mesmo a mais importante das Assembleias que nós já aqui estivemos presentes.

Esta Assembleia é mesmo histórica, se pensarmos nas palavras que acabamos de ouvir pela deputada da minha bancada Isabel Vargues.

Foram 200 anos, sobretudo de legislação subsequente que de um momento para o outro se pretende derrubar. E é de derrubar que quero falar a todos os meus colegas, não aos meus colegas de bancada, mas meus colegas membros desta Assembleia Municipal.

Não venho fazer nenhuma intervenção de carácter político, tenho aqui apenas um requerimento, e porque este requerimento é que se assola o meu espírito e concerteza também se assola o vosso espírito dentro destes 200 anos de história...

Acompanhado pelo grupo e membros desta Assembleia, sobretudo de Presidentes de Junta redigimos um requerimento que vamos apresentar à Mesa da Assembleia Municipal, pedindo exactamente para levantar algumas inconstitucionalidades, que aqui encontramos ilegalidades e pedimos a todos, sem excepção que o queiram assinar.

**REQUERIMENTO**

Os membros da Assembleia Municipal receberam dos seus eleitores um mandato para integrarem e constituírem esta Assembleia Municipal de Coimbra, efectivando a sua expressão de vontade para que exerça as suas competências, plasmadas no artigo 532 da Lei nº 169/99.

Este preceito enumera as diversas competências específicas ou dispositivas da Assembleia Municipal e não faz qualquer referência à reorganização administrativa, da qual possa resultar a extinção de freguesias, embora de forma genérica refira na alínea r), do n.º 1 do seu artigo 52º, a possibilidade de poder “*exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei*”.

Como é de todo sabido, a Assembleia Municipal é constituída por membros para ela diretamente eleitos e pelos Presidentes da Junta (artigo 42º, nº 1 da Lei nº 169/99), eleitos na sua autarquia, na Assembleia de Freguesia. A sua eleição ocorreu no ano de 2009, ano em que se iniciou este mandato.

A Lei nº 22/2012 de 30 de Maio veio agora, aprovar o regime jurídico de reorganização administrativa territorial autárquica, consagrando um procedimento obrigatório para as freguesias (nº 2 do artigo 1º e alíneas d) do artigo 3º), atribuindo à Assembleia Municipal o poder discricionário de emitir, nos termos que ela define, uma pronúncia que constitui uma participação constitutiva dessa reorganização.

Tal reorganização envolve a extinção de freguesias e assim, a extinção da freguesia, cujos eleitores conferiram o mandato ao Presidente da Junta respectivo que o exerce nesta Assembleia Municipal de Coimbra.

A referida pronúncia, prevista no artigo 11º, nº 3, deve ser entregue à Assembleia da República no prazo máximo de 90 dias a contar da entrada em vigor da Lei nº 22/2012, ou seja 31 de Maio de 2012, conforme o prevê o artigo 12º da dita Lei nº 22/2012.

À data das últimas eleições autárquicas — Outubro de 2009 — vigorava, como vigora hoje, os artigos 235º e 236º da Constituição da República, que prevê, na organização democrática do Estado, a existência das freguesias como autarquias locais.

À data das últimas eleições autárquicas — Outubro de 2009 — os eleitores, os “*fregueses*” chamamos-lhe assim, não era do seu conhecimento a previsão da possibilidade do mandato poder comportar a extinção da sua freguesia, ou pelo menos, não puderam devidamente valorar essa possibilidade.

Ocorre assim uma modificação substancial, fundamental, relativamente às circunstâncias existentes à data em que o mandato foi conferido pelos eleitores. Ora, têm sérias dúvidas os membros da Assembleia Municipal, nomeadamente os Presidentes de Junta eleitos nas suas Assembleias de Freguesia, sobre se os mandatos que lhe foram conferidos pelos eleitores, envolvam poderes, para eles próprios extinguir a freguesia que os elegeu e manditou para exercer poderes nesta Assembleia Municipal. O mandato que resultou das eleições, não envolve poderes para extinguir o próprio mandante a Assembleia de Freguesia, a freguesia se assim se quiser.

Os Presidentes de Juntas de Freguesia e os demais membros desta Assembleia Municipal directamente eleitos, razoavelmente supõem e disso não tem dúvidas, que os seus eleitores aprovariam a sua conduta de não participarem na extinção pura e simples de sua freguesia e por isso e em conformidade, não podem emitir a pronúncia que a referida lei lhes quer impor, com aquele carácter de participação constitutiva.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia e demais membros eleitos desta Assembleia Municipal, tem fundadas dúvidas sobre se o mandato que receberam, envolve todos e quaisquer poderes para exercer as competências desta Assembleia Municipal, incluindo poderes dispositivos para extinguir a própria pessoa jurídica que lhes concedeu o mandato.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia e demais membros eleitos desta Assembleia Municipal estão seguros e tem razões suficientemente fortes, face até às opções legislativas no procedimento da preconizada reorganização administrativa territorial, para se convencerem de que os seus eleitores não lhes confeririam o mandato se soubessem em Outubro de 2009 que agiriam nos termos da pretendida pronúncia.

E já se disse que à data em que foi conferido o mandato a organização democrática do Estado, compreendia e compreende a existência de autarquias locais (artigo 235º, n 1) e neles se inclui as freguesias (artº 236º, nº 1).

Por tudo isto, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e membros directamente eleitos subscritores, parece-lhes inconstitucional e ilegal as normas dos artigos nºs 11º, nº1 e 3, 12º e 22º da Lei nº 22/2012, quando interpretadas no sentido de que a pronúncia obrigatória a emitir pela Assembleia Municipal, sobre a reorganização administrativa, envolvendo ela a participação activa e constitutiva da extinção de freguesias, tenha de ser exercida no prazo de 90 dias após a entrada em vigor da Lei nº 22/2012, ou seja, dentro do período temporal do actual mandato, quando conjugadas com as normas dos artigos 235º, nº 1 e 236º, nº 1, artigo 2º, 3º, nº 1 e artigo 6º, nº 1 e 10º, nº 1 todos da Constituição.

Nestes termos, requer-se que o Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, ou a sua Mesa, através dos serviços jurídicos municipais, com carácter de muita urgência, promova junto de entidade competente e com legitimidade para tanto a fiscalização abstracta da constitucionalidade e legalidade da pronúncia

requerida pela Lei nº 22/2012 a esta Assembleia nos termos genericamente acima referidos e assim, o entendimento de que a pronúncia ter-se-á sempre de projectar para um qualquer novo prazo, com início num novo mandato da Assembleia Municipal e não no presente.”

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

“Começo pela última intervenção do deputado Ferreira da Silva, sem dúvida nenhuma acolhe totalmente o nosso apoio, a questão essencial que se tem que colocar é esta.

A questão essencial já alguém o disse, é uma Assembleia absolutamente essencial e imperativa, assim o é, porque o que está em causa, com esta Reforma Administrativa Territorial que está imposta às freguesias é justamente que os autarcas que foram eleitos na base dessas mesmas freguesias se transformem em autênticos coveiros, dessas mesmas freguesias para o qual não foram, de todo, mandatados.

Essa mesma argumentação também nós a invocámos, e estamos substancialmente de acordo, com aquilo que foi dito pelo deputado do PS.

O referendo local, não me vou enredar aqui em grandes discussões constitucionais, não sou jurista mas também sei ler, e dizer à deputada Joana Martins que, se precipitou concerteza na leitura do acórdão que não lhe permite tirar as elações que tirou, não sendo jurista vasta saber ler e está no acórdão, pág. 5/10, nos dois únicos parágrafos, que, o referendo local, tal como nós o apresentamos é constitucionalmente legal, está lá a dizer e diz que, *“de acordo com o artigo 3º, nº1 da lei orgânica 4/2000 de 24 de Agosto, é aliás expresso incluindo nas matérias do referendo local as que se entregarem nas competências, não exclusivas dos órgãos autárquicos”* o que o Tribunal Constitucional chumbou, foi a forma e o conteúdo da pergunta, que devo confessar que já estávamos à espera!

Dizer que o assunto e o problemas que estamos a debater aqui hoje é demasiado sério, para que a jovem Joana Martins venha aqui fazer demagogia barata filantrópica sobre as senhas de presença da Assembleia, mais custos financeiros do que as senhas de presença vai ter esta reforma para as populações, que é uma reforma centralista que acentua efectivamente a distância entre eleitos e eleitores e que dificulta e tem repercussões profundas na vida quotidiana das populações e os encargos financeiros vão ser substancialmente maiores!

Dizer, que, justamente o que se retira para nós Bloco de Esquerda é absolutamente crucial, e uma questão de princípio, não é a pergunta do referendo, é a consulta às populações numa matéria que lhes diz inteiramente respeito, que tem implicações profundas no seu quotidiano na sua vida, na sua forma de se relacionar com o território, com os poderes locais, e com a vida social comunitária. E essa é uma questão essencial. Efectivamente a Carta Europeia das Autonomias Locais, estabelece claramente, se o senhor deputado Moisés Geraldès a leu, eu também a li, está lá muito claro, qual é o seu sentido, um sentido de reforço daquilo que concede ao próprio Conselho Europeu, *“a necessidade de reforçar a democracia participativa, e deve sim ser ouvida a defesa da realização obrigatória de consultas locais, nas Autarquias afectadas quando após estudo adequada situações esteja em causa a criação, extinção, fusão, ou alteração territorial das autarquias locais.”* E diz, *“quando o referendo permite e efectivamente quando a lei permite o referendo*

*efectivamente permite-o”, tal como está no acórdão do Tribunal Constitucional dito.*

Justamente a questão que se coloca, é a questão efectivamente da necessidade de ouvir as populações, numa matéria que é absolutamente fundamental, crucial de importância. Efectivamente das forças políticas representadas na Assembleia tens vindo a pronunciar através dos seus eleitos contra ao processo de extinção, fusão ou agregação de freguesias, recusando-se a assumir papel de coveiros das suas freguesias para o que não foram eleitos, nem tão pouco foram mandatados. Os autarcas eleitos nomeadamente da Assembleia Municipal que serão chamados a decidir sobre uma proposta de extinção, fusão ou agregação de freguesias não foram eleitos com base em qualquer proposta ou programa eleitoral que os mandatasse para tal, pelo que carecem da legitimidade democrática e política, não sei se constitucional, para tomar uma decisão dessa importância. O envolvimento das populações, nesta questão é uma questão crucial e de extremamente importância, o debate político é uma necessidade e uma exigência democrática que melhora e profunda a qualidade da democracia representativa, complementando-a e reforçando-a.

O Bloco de Esquerda, já pela anterior intervenção do meu camarada de bancada, propôs a alteração da pergunta para uma questão para que se torne possível, se assim fôr o entendimento a questão do referendo. E dizemos de uma forma para nós o que é importante é que, haja sobre isso consenso não temos ideias fechadas, nós queremos que se estabeleça aqui consensos que permita por pauzinhos nesta engrenagem desta tropelia, desta mal feitoria às populações e ao país e que se ponha um travão a esta política.

Nesse sentido, e prevendo que possa não ser possível chegar aqui a um consenso no sentido de alterar e pôr à votação a questão de uma nova frase, eu irei apresentar à Mesa da Assembleia, uma moção a qual passo a ler mas dispenso os considerandos e dizer, justamente o que propomos:

Volto a ressaltar, se não for possível chegar aqui a consenso a modificação da pergunta, e a votação do referendo, que, pelo menos, esta Assembleia se comprometa e aprove:

#### Moção

*“Organizar um processo de auscultação das populações acerca de eventuais cenários de extinção e agregação de freguesias que poderão decorrer da aplicação da Lei 22/2012. Esta consulta deverá decorrer no mês de Setembro, de modo a permitir a sua conclusão atempada, a fim de fornecer indicações precisas sobre o sentir das populações antes da pronúncia desta Assembleia prevista nos termos da Lei.*

*Que este processo seja levado a cabo pelas respetivas Assembleias de Freguesia, abertas a toda a população e com a presença de representantes de todos os grupos municipais representados na Assembleia Municipal. Para tal devem ser convocadas sessões públicas da forma e pelos meios julgados mais convenientes.*

*Que a consulta às populações, embora sem carácter vinculativo, por força da lei, seja seriamente levada em conta pelas diversas forças políticas representadas nesta Assembleia na sua tomada de decisão, devendo estas retirar as consequências políticas da expressão das populações que representam e decidir em coerência com posições anteriormente assumidas.”*

### **Intervenção Presidente da Assembleia:**

“Tenho três considerações que não posso deixar de as fazer.

Tenho elações de forma, o que está aqui portanto é que o povo diga, se nós devemos ou não pronunciarmo-nos.

Eu quando fui eleito foi para assumir responsabilidades, quais são as hipóteses do referendo, assim pudemos tudo bem. Agora não posso aceitar isso, eu não posso fugir às minhas responsabilidades, fui eleito com uma responsabilidade, não aceito isso, não está obrigado, mas há uma condicionante posso dizer, eu votava de uma maneira.

Eu assumo responsabilidades é uma questão de forma, mas que no fundo é também substancia que me leva a não poder aceitar desde logo.

Vou ser muito realista, se não se importam, a situação é esta:

Eu sou a favor que se mantivessem as freguesias todas, já o disse aqui votei continuo cada vez mais, disse-o no acto de posse da tal Unidade que aqui já foi mencionada. Simplesmente posso ser pessimista, mas aceitem isto é a minha convicção, eu não acredito que a lei mude.

Foi assinado a 17 de Maio, pela Troika, não acredito que mude.

A razão por não me pronunciar era a expressa que a lei mudasse, respeito todos os presentes que aceitam isso, neste momento as freguesias a lei mudava, pois eu volto a dizer que não acredito. Acho que agora devemos minimizar o estrago o mais possível, o futuro logo se verá!

Portanto, o que está em causa como saberão, é havendo pronúncias de Assembleias, puderam ficar com uma majoração de freguesias que são 800 no país. Isto é muito de terra a terra, peço desculpa de isto ser assim, eu não quero ficar julgado perante os meus concidadãos pelo facto de não me pronunciando ter levado em que em Coimbra haja 3 ou 5 e no país menos 800.

Portanto, repito, sou realista, respeito todos os presentes que estão convencidos que a lei vai mudar, por causa da posição das freguesias, respeito isso como sou pessimista não acredito que a lei mude, e como não acredito que a lei mude tudo farei nesta Assembleia Municipal para que haja o máximo possível de freguesias!”

Quanto ao deputado Ferreira da Silva, o caso é este:

Não mando pedir a inconstitucionalidade formal, porque sou de direito, e é evidente que isto é uma competência da Assembleia da República, é evidente que não andavam a dormir os grupos parlamentares do PS, do PC, e em geral a Assembleia da República e o Presidente da República.

É uma competência da Assembleia da República, não leve a mal que eu pessoalmente não mande pedir uma inconstitucionalidade de um pedido quando sei que ela não é constitucional.

Nós aqui temos que defender posições políticas, mas há um princípio de defendermo-nos, desde logo, a nossa formação e portanto, não vou pedir a inconstitucionalidade formal abstracta disto, porque é da competência da Assembleia da República não há nenhuma dúvida sobre isso.”

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“O senhor Presidente acabou de dizer a esta Assembleia, que pessoalmente não vai pedir a posição abstracta, eu não lhe pedi uma posição pessoal, eu sei bem



que foi aqui na última Assembleia que pondera-se e pedisse a sua demissão, mas eu penso que o senhor não pediu a demissão que está em funções.

O que lhe peço senhor Presidente é que exerça as suas funções institucionais como Presidente da Assembleia Municipal ou a sua Mesa se pessoalmente não o quiser fazer, ao requerimento que lhe é dirigido. É institucional senhor Presidente!

A menos que não se considere em funções. A menos que considere incompatível a sua posição, a menos que considere incompatível a sua posição pessoal com a sua posição institucional.

O senhor Presidente faça o favor abandone o lugar e deixe aos restantes membros da Mesa que exerçam a sua posição.

Repito não lhe pedi uma posição pessoal, pedi um pedido institucional na qualidade de Presidente da Mesa.

Esta Assembleia tem a obrigação de ter, na plenitude das suas funções, um Presidente da Assembleia Municipal é só isso que peço.”

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

“Tenho alguma dificuldade em me pronunciar sobre o requerimento apresentado e subscrito pela bancada do PS, porque não conheço em concreto e porque a densidade até do ponto de vista jurídico não é exactamente fácil, pronunciarmos sobre a matéria. Tenho alguma dúvida que a inconstitucionalidade deve ser em abstracto ou se deve ser em concreto, porque se trata da aplicação em concreto de uma lei e os seus efeitos concretos, mas isso também não é relevante, as coisas serem feitas em cima do joelho, como às vezes acontece aqui em Coimbra.

Como também não li, posso estar a dizer uma enormíssima asneira mas também não é relevante, mas é o problema quando queremos criar consensos, temos a obrigação de os estabelecer e procurar os entendimentos prévios. É certo que não é a prática de alguns, que gostam de ver a sua posição própria destacada de todo o conjunto, quando estão aqui coisas que nos ultrapassam em termos individuais, e em termos de grupo.

Toda esta discussão que estamos a ter hoje, ainda e nem sequer qualquer uma das intervenções, que aqui foram feitas recordou que esta Assembleia Municipal já se pronunciou explicitamente, por maioria e sem votos contra em relação a este projecto de extinções e fusões de freguesias. Em Dezembro passado, esta Assembleia aprovou, como moção a proposta apresentada pelo deputado João Pardal, aprovada pela Assembleia da ANAFRE no sentido de não aceitar a extinção e fusão de freguesias, como foi proposto pelo Governo e nos termos em que depois foi vertido em legislação.

Ou seja, estamos aqui, a discutir sobre discussões, já há uma posição desta Assembleia, ignorar isto é estarmos a gozar com os eleitores. Qualquer um de nós, que ande aqui a pôr-se em bico dos pés à procura de protagonismos fáceis, bem pode metê-los debaixo das asas e assumir aquilo que todos aqui já aprovámos.

É este o nosso ponto de partida e não é outro. Isto, se não for assumido, é gozar connosco próprios. É assumirmos o nosso próprio ridículo colectivo, é isto que está em causa, é se somos ou não somos capazes de ser coerentes com as posições que já tomamos aqui sem votos contra. Se há alguém que alterou a posição que tenha a coragem de o assumir aqui, vir dizer que votou e que já não está de acordo, que diga que já admite que a sua freguesia seja extinta, já

admito que seja fundida. Venham aqui dizê-lo em vez de andarem a dizer pelos corredores, em vez de os assumir de forma encapotada, em vez de jogarem tacticamente posições em momentos diferenciados.

Já temos uma posição, Coimbra já tem uma posição, se andamos aqui à procura de protagonismo idiotas, então cada bancada assuma a sua responsabilidade, a CDU assumiu a sua. Fez de uma proposta aprovada pela Assembleia-geral da ANAFRE uma moção aprovada por esta freguesia aprovada sem votos contra. É isto que está em vigor sobre pena, de rediscutirmos tudo outra vez, que é o que me parece que se pretende.

Ninguém aqui tem medo de votar a discutir posições anteriores, ninguém tem medo de referendos, ninguém tem medo de consultas populares, ninguém tem medo de suscitar injúrias dicionarizar a discussão política e a decisão política, porque é isso que se pretende, porque carga de água é que cada vez que nós não concordamos com uma posição em vez de assumirmos politicamente a sua contradição independentemente do partido que temos que prestar obediência, e aí falemos claramente dos partidos do ciclo do poder, que tem exercido o poder nos últimos 30 anos, que se põe de cócoras e que taticamente andam aqui a jogar os pequenos pormenores, para depois chegarem aos seus interesses particulares, então assumamos isso tudo ou então alteramos tudo o que já aqui decidimos.

Em relação ao que nos trás aqui. E deixando aqui esta leitura muito concreta e muito clara, esta Assembleia já se pronunciou, e nunca ninguém aqui levantou qualquer questão de alteração desta pronúncia e até ver é esta que vale. Portanto, não vale a pena estarmos a caucionar o que já está caucionado sob pena dos tais imobilismos a que nós não estamos sujeitos, sejam de facto cedências àqueles que querem alterar alguma coisa, porque é disto que se trata, só se tem posições, só se admite que não é mobilista quando se pretende mover, e se esta Assembleia já o decidiu, vai-se mover para onde, vai-se mover na cedência? Vai-se alterar a posição já assumida previamente?

Esta é que é a questão, não há imobilismo, há decisões, e se não defendermos a decisões já tomadas, não só desprestigiamos o órgão que estamos a abrir a capacidade de cedência na discussão daquilo que nós já determinámos.

Em relação ao referendo, eu pessoalmente este é o meu ponto de partida, já decidimos, não precisamos de saber se o povo cauciona a nossa decisão, já assumimos a nossa responsabilidade e a ser assumido um referendo como a lei do referendo local o permite, esse referendo tem de ser feito nas freguesias não pode ser feito no concelho. Já nem discuto porque há aqui gente que não é jurista, o que diz o Tribunal Constitucional é muito claro, “o referendo não retira competência à Assembleia Municipal para decisão” já é discutível por exemplo, se O referendo fosse ao nível da Assembleia de Freguesia.

Porque não faz sentido, e todos nós entendemos isto com toda a franqueza, está-se a borrifar o eleitor de Stº Antº dos Olivais que são mais de 50%, deste Município, está-se a borrifar se a freguesia do Ameal se vai juntar com a freguesia de Taveiro, está-se a borrifar porque não tem o conhecimento concreto. Perguntas em abstracto deste tipo é destruir a discussão pública é destruir a possibilidade da discussão dos munícipes. Porque não é exigível que aos munícipes em geral seja possível de descer ao concreto do conhecimento do poder local. Porque é ao povo do Ameal é que conhece o que é feito na sua freguesia, porque o povo de Stª Clara é que sabe o que é feito em Stª Clara. Nós não estamos a delegar a nossa posição, estamos a subtraí-las daqueles que são os eleitores e os fregueses das várias freguesias que estão em causa.

Isto é que é o absurdo, eu não quero juridicionalizar a questão do referendo, quero discuti-lo politicamente, porque é politicamente que estas coisas se discutem, não se discutem chutando para canto, chutando para os outros lados para ver se as coisas correm bem para que eu não tenha que dizer aquilo que penso. Nós dizemos o que realmente pensamos! Nós estamos contra este modelo de reestruturação! Nós queremos que as freguesias tenham mais meios, tenham mais competências, que esta própria Câmara sem alteração legislativa nenhuma dê mais competências e poderes de capacidade às freguesias, não é preciso mais do que isto para que isto melhor.

Como já aqui foi dito nenhum de nós tem o mandato para destruir aquilo em que fomos eleitos e naturalmente que a perversidade desta lei é exactamente exigir-nos e exigir exactamente quem vai em última análise decidir na Assembleia da República, é o que é que se safa e o que não se safa. Mas aí, cada um é como cada qual, e cada um assume as suas mágoas, cada um assume as suas contradições, e o julgamento pessoal e político será feito posteriormente as opções também são individuais e serão respeitáveis naturalmente.

Lembrei-me de uma velha máxima que já tive a oportunidade de coloca-la aos meus amigos, de recuo em recuo até à vitória final.

A primeira questão colocada aqui foi aquela que nos trouxe aqui, foi considerada claramente inconstitucional, pelo acórdão do Tribunal Constitucional, independentemente das opiniões. Esta é a minha, de qualquer forma admito que haja outras leituras.

Houve outra proposta alternativa, que nos foi aqui colocada quase de surpresa mas na minha opinião ainda é pior que a primeira. Torna ainda mais vaga a questão, e coloca ainda problemas mais sérios de constitucionalidade e de legalidade.

Quanto às consultas às Assembleias de Freguesias, para concluir, nós só temos é que fazer mais do que apelar, só temos que fazer aquilo que pudemos, aquilo que eu posso aqui transmitir, é que pelas partes das freguesias da CDU, onde o povo deu a maioria à CDU, a CDU já fez reuniões de Assembleias de Freguesias e decidiu por unanimidade, creio pela esmagadora maioria delas senão na totalidade, contra esta alteração autárquica. Sejam os outros capazes de o dizer, e sejam os outros capazes de o dizer aqui, se foi no sentido já aqui deliberado por esta Assembleia Municipal.

É que ter poder, não basta afirmá-lo é exercê-lo! Exercê-lo, no sentido que seguem as nossas convicções. As cinco freguesias da CDU, já discutiram nas suas Assembleia de freguesia e já decidiram sobre esta matéria.

Portanto, não pudemos estar mais de acordo, só que aonde nós pudemos já o foi feito, e não estamos há espera que nos peçam para o fazer. Nem esperamos orientações para isso. É a nossa prática, é a nossa convicção, é assim que agimos ouvirmos quem está interessado e com a mão na massa, porque é assim que trabalhamos e acreditamos no povo não é em consultas que ninguém controla.”

#### **Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):**

“Quero responder ao senhor deputado Pinto Ângelo, por questões de consideração ao grupo nos termos regimentais.

Não é nenhuma intervenção de fundo, mas gostava de dizer ao senhor deputado, que

esse assunto que referiu há pouco quanto há posição que esta Assembleia Municipal já tomou no final do ano passado, quero lembra-lhe que, por ventura, nem toda a gente votou a 100%, eu recorde-lhe que fiz uma declaração de voto, está em acta.

Eu tive uma posição aqui nesta Assembleia, não fui eu só, que disse concretamente que regeraria a minha posição para o final. Portanto, não é justo, que efectivamente esta situação seja colocada nos termos em que o foram.

Já agora Senhor Presidente da Assembleia quero dizer o seguinte:

O senhor está revestido de poderes, para exercer a disciplina nesta Assembleia, e as pessoas têm a obrigação de o respeitar.

Quero dizer aos senhores deputados, designadamente ao senhor deputado Ferreira da Silva, que quando ele não estiver de acordo com o senhor Presidente da Mesa, tem uma coisa a fazer é interpor recurso. Não vale a pena estar aqui a entrar em diálogo, esta Assembleia só pode ser dignificada se nós respeitarmos a forma como esta Mesa está a organizar os trabalhos desta Assembleia."

Disse."

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

"Se me permite senhor Presidente foi uma resposta, eu não faço juízos de valor, sobre os votos dos deputados da minha bancada, não faço muito menos e esse conheço-os, não nunca farei juízo de valores, em relação aos votos da bancada do PS, provavelmente a dos deputados do PS conhece-os, com toda a hombridade eu não farei quaisquer juízos de valores porque também sabem as votações e as opções que tomaram do ponto de vista colectivo e individual. Muito menos darei o privilégio, ao deputado Moisés Geraldês para falar em nome da sua bancada e em relação ao sentido de voto da sua bancada, e muito menos a responder a uma intervenção minha, que somente alertou para o facto de uma moção ter sido aprovada nesta Assembleia sem eu ter mencionado de onde vieram os votos, sem votos contra, quem sou eu de dizer que na bancada do deputado Moisés tem gente que não sabia bem o que estava a votar.

Não pode ser, e recuso-me a acreditar.

Como foi uma questão, foi em resposta, não posso naturalmente deixar, este critério exclusivamente ao critério do deputado Moisés. Nem quero acreditar que seja verdadeiro. Deixou de ser uma moção apresentada pelo deputado Parda para ser uma moção desta Assembleia, e se o deputado Moisés quiser alterar alguma coisa teve tempo para impugnar essa votação, não o fez e a sua posição pessoal é respeitável, mas é só a sua posição pessoal, e esta Assembleia definiu uma posição colectiva, que até agora não foi contrariada. É esta que vale até prova em contrário.

O senhor Presidente tem especiais responsabilidades, na defesa daquilo que é aprovado, por esta Assembleia Municipal.

Já na Assembleia anterior falei sobre isto, e importava a sua posição para disciplinar os deputados quanto às aprovações aqui são feitas, que não vinculam exclusivamente quem não vota a favor, vinculam toda a Assembleia, isto é uma responsabilidade sua Senhor Presidente! Naturalmente que a vai fazer cumprir, e que vai alertar no plano colectivo desta Assembleia e em privado na sua bancada com toda a segurança, porque acredito em toda a sua lisura de procedimentos."

### **Intervenção do Presidente da Assembleia:**

“Sou totalmente contra a extinção de freguesias, uma que seja! Mas dado que a lei existe, sou agora por tentar que cortem o menos possível de freguesias, esta é a minha posição pessoal, com grande sacrifício pessoal. Portanto, sou contra a lei, disse-o politicamente no lugar do poder legislativo, agora tudo farei para que seja minimizado que haja no País, uma diminuição que seja menor que 800, tudo farei para isso.”

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Perante o que o deputado Moisés, por quem tenho consideração, quero fazer uma afirmação a V. Exa. e um esclarecimento ao meu colega desta Assembleia.

A V Ex.<sup>a</sup>, quero-lhe afirmar que quero eu quer os meus colegas da Assembleia Municipal dado o seu elevado sentido democrático que tem, nutre institucionalmente por V. Exa., o maior respeito a maior consideração no exercício pleno das suas funções.

O esclarecimento que quero fazer ao senhor deputado Moisés, certo que nós temos em democracia, interpretações diferentes do respeito e da consideração que é devido a um órgão.

No exercício das suas funções, sei bem porque é que o deputado Moisés entreviu, é que ele não quer que V. Ex.<sup>a</sup> exerça as funções exactamente como o seu colega de Barcelos a exerceu, dirigindo-se ao Tribunal Constitucional e pedindo a fiscalidade abstracta relativamente a um assunto passado nesta Assembleia. Mas isso é o exercício da democracia, e o Partido Socialista nesta matéria, tem conceito, pelos visto o conceito do líder da bancada do PSD é bem diferente.

Sabe porquê senhor Presidente, porque vejo V. Ex.<sup>a</sup> como Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra de todos nós que estamos aqui representados e que não serve como apenas como um Presidente de uma Assembleia em que apenas está aqui representado um partido, um partido coligado pela maioria.”

### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:**

“Não quero aqui entrar com considerações políticas sobre o grupo parlamentar, de a, b, ou c. De facto, esta lei, como sabem eu disse na última Assembleia que, não estava fora nem estava dentro, que estava contra! Expliquei o porquê, várias vezes. Porque de facto isto é uma lei parece-me que não foi feita por autarcas, claramente é contra os autarcas, contra as freguesias e contra as populações porque ainda não vimos nenhuma vantagem, nenhum acréscimo que ela trás para todos nós.

Já participei em alguns debates, inclusivamente numa freguesia do Bloco de Esquerda, fui extraordinariamente bem tratado, num outro foi também a convite do Bloco de Esquerda, foram extraordinários, foram inteiramente gentis, nestas coisas sou muito justo, muito correcto, não vi ali diferença nenhuma estar com colegas do Bloco de Esquerda e eu ser do Partido Social Democrata. Mas, há aqui uma coisa que me intriga, lendo um artigo de opinião do deputado Serafim, de facto dizia aquilo que pensava, é um direito respeito tudo o que lá está, mas dizia uma coisa como está “*O Bloco de Esquerda não tem qualquer posição imobilista acerca de uma possível reforma administrativa territorial*”. Eu fiquei intrigado com isto. Ou li mal ou interpretei mal!

O Bloco de Esquerda tem aqui afirmado que tem o sentido crítico e condenatório a esta lei, mas esta frase, eu admito que a interpretação errada possa ser minha, dá a entender que há aqui uma abertura, para a possibilidade de haver um a

reforma administrativa. Volto a dizer, que admito que possa a estar a interpretar mal esta frase. Penso que seria importante de facto esclarecer isto, para não haver dúvidas se somos a favor ou contra, ou talvez possamos admitir.

Indo àquilo que é fundamental, tem-se visto aqui muita discussão, e esta discussão essencialmente deveria tocar aos autarcas de freguesia, aos Presidentes de Juntas. Isto porque os Presidente de Junta, de facto foram aqueles que foram eleitos com um mandato com uma determinação, já o disse aqui, que eu não tinha, nem ninguém tinha no programa eleitoral, previsão ou potencialidade de existência de extensão a vir a ocorrer na freguesia.

Acho que o assunto é demasiado sério para se entrar aqui em questões de guerrilha política, ou de protagonismo do momento.

Nós autarcas de freguesia, começamos a falar sobre este assunto quando ninguém nos quis ouvir, em Fevereiro de 2011. E sucessivamente os autarcas de Coimbra, honras sejam feitas, tomaram sempre posições nos momentos certos e antes da existência do livro verde ou de qualquer lei.

Eu agradeço ao deputado Pinto Ângelo, porque repôs aqui a verdade dos factos.

Ou seja, não há necessidade ter uma pergunta como esta *“Concorda que a Assembleia Municipal de Coimbra se pronuncie sobre a Reorganização das Freguesia entregueada no Município de Coimbra, promovendo a agregação a fusão ou extinção de qualquer uma delas”*, porque de facto houve pronúncia da Assembleia, com uma moção, a voz foi do João Pardal mas essa moção era dos autarcas de freguesias do Município de Coimbra, de todos eles, essa foi uma grande vantagem que tivemos.

Portanto, de facto há uma manifestação de contestação e contrária àquilo que viria ser naturalmente a lei.

Nós estamos num momento difícil porque com a lei para ser implementada, estamos “com a corda na garganta” de facto andasse a falar já, que deveríamos ter falado mais e melhor antes do tempo ou seja antes da lei. Naturalmente também era preciso que o governo nos tivesse ouvido. Como é evidente há que o criticar.

Ora, não estando a referir à questão do deputado Pinto Ângelo, de facto esteve bem na referência que fez, e também é verdade que não houve votos contra, houve abstenções, por isso, disse o correcto. De facto, houve esse momento que foi marcante desta Assembleia de alguma união nesta Assembleia.

Posta esta situação porque de facto estamos numa situação muito difícil, porque o governo não recua, a não ser que de facto haja um milagre e se altere as condições, não prevejo isso. Acho o que deveria ser discutido aqui também na Assembleia e tem passado ao lado, é quanto importante é as freguesias e quanto é importante a função de autarca, não deveríamos estar a discutir mais freguesia menos freguesia. Deveríamos estar a discutir:

- 1- Dignificação do autarca de freguesia, a estrutura política do Estado infelizmente são os menos considerados, mas são os que mais trabalham.
- 2- Deveríamos estar a discutir sim, e se calhar Coimbra deveria dar esse exemplo e mandar para Lisboa, já que fizeram uma proposta de lei que é nociva e lesiva, que nós não concordamos, quais são as novas competências de freguesias, e quais são os respectivos compromissos financeiros das freguesias.

Não é estar a exigir competências para um lado, e a retirar financiamento às freguesias. Com todo o respeito, qualquer dia temos que fechar as portas e entregar as chaves em Lisboa.

Isso sim, de facto era um tema muito interessante para debater nesta Assembleia, e mandar para Lisboa um conjunto de propostas:

Qual deveria ser o quadro de competências das freguesias.

E qual deveria ser também naturalmente o acompanhamento do respectivo financiamento das mesmas.

Para terminar, não achei descabido a intervenção do senhor deputado Ferreira da Silva, achei interessante aquilo que ele apresentou.

Sou apologista de tudo aquilo que, em defesa das freguesias naturalmente estarei ao lado de uma questão de princípio de coerência e de coerência também política, estarei ao lado das freguesias. Porque de facto há esta questão nós não fomos mandatados, para extinguir as freguesias. Por muito que queiram que façamos isso e que queiram que ficamos com o ónus de responsabilidade não estamos mandatados pelo povo das freguesias para fazer isso.

Penso que a Assembleia Municipal, deve, por um lado respeitar aquilo que foi a deliberação de Dezembro, é essa que está em vigor.

Em segundo, fazer aquilo que eu disse na última Assembleia, que é aplicar a regra do bom senso, ouvir os autarcas de freguesias, presidentes de junta, e respeitar aquela que fôr a posição e decisão dos autarcas de freguesia. De facto, eles é que tem a legitimidade para falar sobre as suas freguesias e não qualquer outro. É isso que deve ser feito e não vir aqui só ouvir os outros mas cada um de nós “per si” dar a sua opinião aquilo que entende ser a sua freguesia e aquilo que deve ser feito para a defesa da sua freguesia.

Penso que é por aí que devemos ir por um lado com o respectivo acompanhamento financeiro. E naturalmente dar a possibilidade a cada um dos autarcas de freguesia, de se pronunciar sobre a importância a necessidade e a continuidade da sua freguesia. A eles é que cabe essa responsabilidade e não a terceiros!”

#### **Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

“Só quero fazer um pequeno esclarecimento uma vez que o deputado João Pardal assim o pediu.

Efectivamente no artigo de opinião, digo exactamente isso, que o senhor deputado leu, e explico qual é o sentido de assumir uma posição não dogmática e mobilista, digo assim “*justifica-se uma alteração legislativa no sentido de reforço de competência das freguesias, dotando-as de recursos financeiros adequados para tal*”. O Bloco de Esquerda já apresentou no Parlamento justamente propostas nesse sentido, é esse o sentido que, efectivamente não temos nada contra uma reforma autárquica até achamos que ela é importante. Esta é que não! Nem nestas circunstâncias. Temos propostas para esta e como outras, não fazem sentido estar aqui a desenvolvê-las. Mas esta é claramente de reforço de competências de freguesias dotá-las de recursos que sejam compatíveis com as suas funções.”

#### **Intervenção da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS):**

“O Partido Socialista congratula-se em verificar, inclusive através das intervenções qualificadas de colegas de outros partidos, que substancialmente estamos de acordo em relação à Reforma, ou diz Reforma Autárquica do País.

A questão acaba por vir entrelaçada, com uma outra que nos trouxe aqui, e recorrentemente as duas questões entrelaçam-se e confundem-se.

Como disse o senhor deputado Pinto Ângelo remeto-lhe a uma das últimas intervenções, lembrou que, estamos substancialmente de acordo, democraticamente de acordo, quando uma maioria mais do que absoluta, vota uma proposta de posição de rejeição desta atomização e destruição de um património autárquico que constitui o tecido do País, substancialmente estamos de acordo, e mais ainda, quando se invoca aqui a lei, a lei como um dado de facto, que obriga a meter mão a contra gosto num determinado património, mais uma vez, para destruir um tecido de memória, suponho que, há que entender, a lei existe “*dura lex sed lex*” num sistema ditatorial.

A lei existe, porque o legislador a fez, a lei existe, porque os órgãos monumentais do País a aprovaram, mas a lei faz-se para se cumprir, e faz-se para ser corrigida e revogada, porque a realidade e a memória é mais forte.

Por conseguinte, não posso, e não podemos aceitar, essa autonomia e supremacia da lei sobre vida, sobre a realidade, sobre a memória, sobre a história do País.

A questão, o velho argumento da Troika, a Troika exige que, deixo apenas no ar a seguinte reflexão, pois é, a Troika também fez largas exigências, sobre as parcerias públicas ou privadas. Pergunto, então o cumprimento, ou a história só tem uma parte iluminada, e o resto? A Troika tanto quanto sei, também fez as suas exigências sobre empresas municipais, então a mão a meter nessa realidade. Portanto, não hipertrofiemos exigências quando umas são habilitadas e outras são sublinhadas.

Mas como digo, substancialmente estamos de acordo, em relação a isto.

Nós aqui representamos enquanto deputados eleitos directamente pela população, ou enquanto como Presidente de Freguesia, representamos o povo português.

Portanto, a nossa função será no momento em que se percebe que o povo português é contra esta legislação, fazer como fizeram os nossos médicos, não havia contratos e afinal já passou haver contratos. Ou seja, há um conceito, que se chama mobilidade mobilização, que é, da nossa responsabilidade incrementar. Eu como habitante, como residente, e votante na freguesia de Stº Antº dos Olivais devo dizer, que por uma questão de solidariedade cívica, interessa-me sim, o que se passa e o bem das populações, de Figueira de Castelo Rodrigo, ou da Aldeia ou da Freguesia mais remota de Trás dos Montes e do Alentejo.

A outra questão, porque são duas e com reincidência têm sido imbricadas uma na outra.

Não sou jurista também, mas sei ler, e o que eu leio no requerimento do Bloco de Esquerda bem apresentar um projecto de deliberação para a realização do referendo local relativamente à pronúncia da Assembleia Municipal de Coimbra. Será chover no molhado, mas há que sublinhar o seguinte a partir de uma outra experiência de cidadãos que nós temos, sobre a Reorganização Territorial. É de nossa competências, já nos pronunciamos, diria mais, é de nossa responsabilidade como representantes do concelho mobilizar quem também não está de acordo com a lei. Agora, perguntar, mobilizá-los, no fundo que respondam se nós devemos cumprir aquilo para que fomos eleitos, e custa dinheiro ao município, que nos faz estar aqui presentes, penso que posso falar em nome do Partido Socialista, em nome de muitos funcionários públicos, que, tal como eu, perante reformas, aposentações massivas porque o sistema está em colapso e desmotiva qualquer um, para dar o seu melhor, no local de trabalho, perante aposentações massivas, nós somos, não convidados nem interpolados, nós vemo-nos na necessidade de acumularmos funções, de sermos o continuo, de



sermos o professor, de sermos o empregado da biblioteca de desempenharmos uma serie de funções, não olhando a horários de trabalho, e a estarmos a 100% de disponibilidade. E agora enquanto representantes da autarquia queremos promover um referendo para saber se a população quer, que desempenhamos uma das competências que esta Assembleia tem.

Caros colegas, penso que deveremos ter um pouco mais de respeito por quem nos elegeu, e centrarmo-nos no primeiro dos problemas, que esse sim é um verdadeiro problema. O Partido Socialista pensa, já lá vão os tempos que pôs esta nação na rua e fez obra e mudou o curso da história. As leis fazem-se para se compridas, para ser corrigidas pela realidade, pelo peso da história e sobretudo pelo senso comum.

Não sou jurista, mas penso que é esta a chave, da chamada hermenêutica jurídica que já tem séculos de experiência.”

### **Intervenção do deputado municipal Lencastre (Por Coimbra):**

“Antes de mais, dizer que quando recebi a convocatória desta reunião extraordinária, julguei que iríamos aqui discutir se queríamos ou não um referendo sobre a Reforma da Administração Local em Coimbra. Pelos vistos já discutiram muitas coisas essa é apenas uma das que temos estado a discutir. Pensava que seria mais célere para ser sincero porque acho que há muitos outros assuntos a discutir nomeadamente em relação a esta reforma, mas que haverá alturas certas para os discutirmos.

O que me fez intervir é isto:

Eu enquanto cidadão de Coimbra eleito pelos meus cidadãos para estar aqui nesta Assembleia Municipal, não vou cortar os meus direitos, nem vou dizer que não àquelas pessoas que me elegeram e não vou deixar de tomar a minha posição na altura certa sobre esta reforma administrativa. No momento certo cá estarei, julgo que os outros também cá estarão para tomar essa posição.

Mas sinto-me mandatado como qualquer outra pessoa que esteja nesta Assembleia Municipal. Peço desculpa aos caros colegas que são Presidentes das Juntas de Freguesias, mas eu enquanto eleito pelo povo de Coimbra, sinto-me igualmente mandatado para tomar essa posição, também elejo pessoas de Assembleia de Freguesia, também elejo Presidentes de Junta, faço parte deste concelho também o sinto como meu, e não são só os Presidentes de Juntas que o sentem como seu, obviamente que sentem mais as suas juntas que eu sentirei, é um concelho que é meu e muito querido para mim é um todo para mim não é apenas a minha freguesia onde resido, são todas elas muito queridas.

Portanto, eu não me demitirei dessa função e na altura certa tomarei a minha posição. Acho que é necessário deixar aqui um recado, é que se nós optarmos o não tomarmos posição, alguém vai tomar essa posição por nós. A não ser que me garantam aqui, na altura certa e no lugar certo, se nós não tomarmos posição mais ninguém toma posição por nós, ou seja, se esta Assembleia Municipal não se pronunciar sobre aquilo que se tem de pronunciar, não há ninguém em Lisboa que se vá pronunciar por nós, se nessa altura fôr assim, então meus senhores eu, estou como sempre estive contra a extinção de freguesias, agora se outros tiverem que tomar posição por mim, eu tomarei a minha decisão e aqueles que não tomarem essa decisão na altura certa, serão, perante os seus cidadãos, e perante este concelho não é apenas uma ou duas ou três freguesias, é perante todo o concelho responsáveis por não a terem tomado. É esta a nota que eu queria aqui deixar.

Eu tomarei na altura certa, acho que não é esta Assembleia Municipal para tomar posições, dizer que sou contra, ou a favor, que sou isto ou aquilo, que farei ou não farei, com requerimentos constitucionais ou não constitucionais, eu estarei aqui na altura para tomar a minha decisão.  
Agora os outros farão como o entender.”

**Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“A única questão que eu queria levantar, foi-me suscitada por esta intervenção, quando diz que esta Assembleia, não tomar uma posição.

Senhor Presidente, vou ler o nº 2 do artigo 11º da referida lei que diz o seguinte. *“Sempre que a Câmara Municipal, não exerça a iniciativa para a deliberação prevista no número anterior”*, que é da Assembleia Municipal *“deve apresentar Assembleia Municipal um parecer, sobre a Reorganização do Território da freguesia do respectivo Município”*.

Pergunto, se há algum parecer ou alguma iniciativa, ou alguma deliberação da Câmara nesse sentido para trazer aqui a esta Assembleia em concreto, para mais em concreto, esta Assembleia poder se pronunciar nos termos que nos foi suscitado pelo senhor deputado.”

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:**

“Eu pensava que viria aqui discutir o ponto da ordem de trabalho, mas apercebi-me que o senhor Presidente da Assembleia Municipal gosta de dar “gás à peça.” Deixa andar a Assembleia já, e vamos continuar daqui a pouco provavelmente a votar e tentar votar aquilo que não nos trouxe cá.

O que é que acontece e tomando a rédea da situação eu quero dizer ao senhor deputado Moisés Geraldês de que facto ele se absteve quando foi aquele documento, foi um erro do Governo não terem convidado o senhor deputado para a Comissão Técnica, sabe porque senhor deputado, é que se o senhor também tivesse teria 979 mil euros para auferir em 40 dias de trabalho. Isto de facto prova efectivamente quanto é importante para o governo a extinção das freguesias. Misturam tudo, para uma situação não há dinheiro, para outra já existe dinheiro 979 mil euros é quanto vai custar a Comissão Técnica, é quanto está cabimentado para esta situação que não tem no mínimo pés para andar.

Ouvi o senhor Presidente da Assembleia com muita atenção, V. Exa. de facto mantém a sua postura e bem, é uma pessoa de bem, a quem o estimo e prezo, mas sabe senhor Presidente o senhor é um no meio de oito ou nove, ou mais, não sei quantos o governo criou para essa Comissão. Portanto, o senhor Presidente o senhor até pode votar contra, porque os outros são a maioria e a democracia é assim, e o senhor fica sempre bem na fotografia. O que não ficou bem na fotografia foi ter aceitado, presidir esta Unidade Técnica. O porquê V. Exa. o saberá.

Diria, é melhor ficar dentro do que ficar fora, pois tem toda a razão, mas também olhando para os valores, eu também não me importava de fazer parte da mesma.

Venho aqui também, reiterar aos meus colegas de Junta de Freguesia, porque somos nós os visados, não são os deputados municipais os mais visados, somos nós, porque fomos eleitos directamente pelo povo, eles todos com o devido respeito não têm os problemas que nós Presidentes de Juntas temos. Apoiem-nos

felizmente, (há um ao outro que é como o camaleão que quer estar bem com deus e com os santos), faz aqui uns golpes de rins.

Mas o deputado João Pardal esteve muito bem quando diz que nós Presidentes de Juntas estamos unidos, e estamos unidos da direita à esquerda, o que não é normal é no nosso País e na nossa democracia, mas nas freguesias é normalíssimo nós estamos todos unidos.

Dizer que de facto, alguns deputados, foi bem visível na intervenção do senhor deputado Moisés que também aqui ficou um pouco agitado, quando o senhor deputado Pinto Ângelo disse que foi aprovado por maioria, pois ele ficou atrapalhado porque de facto ele absteve-se.

Para dizer o seguinte senhor Presidente da Assembleia, já é tempo de V. Exa. colocar o ponto que nos trouxe aqui à votação, porque senão quando forem 20 horas ainda perguntamos se vai haver extinção ou fusão de freguesias.

Tendo em conta que é uma lei a crédito lusófona provavelmente do seu mentor.”

### **Intervenção deputado municipal João Lucas (BE):**

“Agradeço as intervenções que foram no sentido de alargar o âmbito desta discussão. Como proponente tinha a ideia e foi de certa maneira consensualizada, não só pelo senhor Presidente mas na reunião que fizemos preparatória desta, com representantes dos grupos, que o tema extravasaria para além da proposta concreta e específica do referendo, e que seria um debate e por aquilo que vimos, seria o primeiro após a publicação da lei da Reorganização Territorial.

Portanto, tirando algumas intervenções, que quiseram desqualificar o projecto do Bloco de Esquerda, atendendo a minudências jurídicas, designadamente quem quis, que este debate encerrasse logo à partida, tirando esses casos que foram excepcionais, o teor geral das intervenções foi no sentido de nos demarcarmos perante a lei, ou a favor ou contra.

Portanto, desta maneira, o posicionamento político de cada um de nós e de cada uma das bancadas, foi claro. E quero dizer que o processo não acabou agora, antes pelo contrário, começou e estender-se – á pelos próximos meses e veremos qual será o resultado.

Quero também dizer que estes debates valorizam a democracia, e não vale a pena desqualificar os argumentos contrários. Eu, por exemplo, fiz uma intervenção que, decorreu há dois ou três dias ter lido o acórdão do tribunal constitucional e esta intervenção evidentemente não seria assim se eu ainda não tivesse conhecimento do acórdão.

Portanto, também reconheço que algumas das intervenções do deputado Luís Marinho, relativamente ao referendo em si, não teria aquela que estava preparada antes, tivesse tido em conta a intervenção que eu fiz aqui imediatamente antes dele.

Relativizei concretamente a questão do referendo, pelas questões um pouco condicionantes da própria lei. A lei, como todos já repararam, bloqueou qualquer consulta, bloqueou inclusivamente o parecer e a pronuncia das Assembleias, vamos ter que nos confrontar em Outubro, com a ideia que a Assembleia se vai pronunciar de forma meramente decorativa, e depois temos que dizer alguma coisa sobre o assunto. Tenho também para dizer que das intervenções que houve, há a consciência de toda a gente que estamos assentes num conjunto de contradições jurídicas. Essas contradições não são superáveis

de forma linear, não são questões simples, vêm desde a ilegalidade europeia, que eu reafirmo, contrariamente ao que o deputado Moisés disse.

Para dizer que a lei europeia, vincula o estado português há 20 anos, a lei portuguesa nem sequer a refere.

Termino só para dizer o seguinte:

As questões da história como disse a Dra. Isabel Vargues, são muito importantes, e quero chamar para aqui uma lei, que foi publicada pelo Governo da República em 1916, nessa altura não se falava em supressão ou extinção de freguesias, ou de concelhos, falava-se em reorganização em criação de novos concelhos ou freguesia; e essa lei, estamos a falar em 1916, em que as questões da democracia ainda não eram tão sólidas como são hoje, ela propunha o referendo popular e regulamentava-o, estamos a falar da lei nº 621 e concluo-o, para dizer que, o referendo que o Bloco de Esquerda propôs não é nenhum anacronismo, antes pelo contrário reforça a democracia, e permite aos eleitos, estarem mais em contacto com as populações que o elegeram.

Relativamente à votação do documento, a posição do Bloco de Esquerda é a seguinte:

Se fôr aceite a votação do nosso projecto com a nova pergunta, se não for possível, retiramos para que não seja votada.”

**O Presidente da Assembleia** recordou a lei que diz o seguinte:

“Só pode ser objecto de deliberação, o que está na ordem do dia.”

#### **Intervenção deputado municipal João Lucas (BE)**

“Não vamos falar em rendilhados retóricos vamos falar num assunto substancial. A proposta ou o projecto que o Bloco de Esquerda apresentou aqui na Assembleia Municipal, apresentou-o no dia 14 de Junho, nessa altura, ainda não era conhecido o parecer do Tribunal Constitucional, não faz sentido, neste momento, perante uma decisão do Tribunal Constitucional não retire da votação a proposta que foi apresentada. Acho que é o mínimo de lógica.”

**O Presidente da Assembleia** respondeu que realmente tinha a sua lógica e estava considerada retirada de votação

#### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

“Naturalmente se está retirada a proposta a questão não se coloca, mas subsiste a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Chamo-o a atenção e convoco-o para isto a presença dos líderes municipais, quando convocámos esta reunião, isto foi expressamente dito, que este ponto de ordem de trabalhos estaria condicionado a possibilidade de se baterem outras matérias a auscultação da população, fiz essa proposta, e isso foi maioritário foi aceite por todos. Deixemos de tretas que as coisas são como são.

O senhor convocou esta Assembleia, numa primeira volta ao arrepio do regimento, foi confrontado com a necessidade cumprir regimentalmente o que o Senhor deve fazer que é reunir com líderes dos grupos municipais, no sentido de definir a ordem de trabalhos. Fê-lo, e fê-lo com esta proposta e convoco para aqui aqueles que estiveram presentes no sentido de se discutir isto do ponto de vista de auscultação das pessoas sobre esta matéria. Penso que ficou claro, então se ficou claro é admissível aceitar esta moção.”

**O Presidente da Assembleia** interveio novamente para dizer que, quando reuniram, foi dito que poderia ser discutido tudo, assim como foi discutido, agora não pode haver deliberação, a lei é muito clara.

“Está no artº 83º da lei 169/99 a lei das Autarquias Locais que diz o seguinte *“só pode ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia na reunião ou sessão, salvo se, se tratando de uma reunião extraordinária.”*

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

“Senhor Presidente, a lei não é assim tão clara, vamos ver se nos entendemos.

Justamente não estive nessa reunião, mas estive o meu camarada João Lucas, e transmitiu-me exactamente no fim da reunião a questão que o deputado Pinto Ângelo acabou de dizer.

Que, foi consensualizado nessa reunião com os líderes de bancadas municipais, que esta sessão era aberta à apresentação de outras questões que são colaterais, ou melhor directamente interligadas.

Uma moção em qualquer Assembleia, não precisa de ser agendada senhor Presidente. Uma moção é apresentada e votada. As moções não precisam de estar agendadas na ordem de trabalhos. Onde está isso escrito? Que jurisprudência é essa? É unicamente uma moção, se fosse uma proposta, pois tinha cabimento essa argumentação, porque a proposta tinha que ser vinculadamente anteriormente com alguma antecedência de 3 a 5 dias de antecedência, poderia ser votada a sua aceitação ou não aceitação à sua votação, agora uma moção é apresentada à mesa e posta à votação.”

**Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):**

“Sr. Presidente, houve aqui discussão cruzada, como foi evidente.

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista pretende que se clarifique as questões e o que se pretende votar.

Perderíamos algum tempo em explicação mas ganharíamos em consciência.”

**Intervenção do Presidente da Assembleia:**

“Devo dizer que tenho algumas dúvidas sobre a capacidade. O que está aqui dito é que a Assembleia Municipal delibere, e depois quem organiza a auscultação?

Acho que devem ser as forças políticas, aqui presentes. Portanto, já foi dito pelo deputado Pinto Ângelo, todos nós, os nossos grupos políticos fazemos a auscultação, agora estar a pedir à Câmara ou à Assembleia, penso que não é correcto.”

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

“Senhor Presidente quando não lhe convém faz umas leituras um pouco líricas. A questão é muito concreta o que proponha é que de facto fosse lida os considerandos e a moção, acho que fica mais objectivo. Mas, o que está aqui em causa, justamente é aquilo que nós Bloco de Esquerda sempre defenderam desde o início do primeiro momento. Que é para nós uma questão crucial a questão da auscultação e do envolvimento das populações, numa decisão que é de crucial importância para a sua vida e que tem repercussões futuras a curto e médio e longo prazo. Portanto, achamos que essa questão é a questão crucial, o envolvimento e a participação dos eleitores nas tomadas das decisões. Vale o que vale? Para alguns não valerá nada, para nós vale muito. Cada um tira as elações e conclusões que quiser.

O que se propõe aqui, que a Assembleia em coerência com a posição assumida no dia 1 de Março, e com outras que têm vindo a tomar, organize um processo de auscultações das populações deste processo que está em causa que esta consulta se faça em Setembro e que seja dinamizada pelas assembleias de freguesia aberta a toda a população. Qual é a objecção que isto coloca?

Concluo é tão somente uma questão, que tem a ver com a valorização que nós fazemos daquilo que chamamos a democracia participativa e que, para nós é uma questão crucial. E que não está em confronto com a democracia representativa mas antes a complementa e a valoriza e a qualifica. Para nós, é questão fundamental é essa a substância dessa proposta.”

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia:**

“Eu li bem, o que está aqui dito, de facto, é que nós vamos decidir auscultações, e que este processo seja levado a cabo pelas respectivas assembleias de freguesia.

Estamos a dar sugestões ou ordens às assembleias de freguesia?

Podem-no fazer à vontade! Qual é o sentido do nosso voto, se eles são autónomos, eleitos pelo povo?

Acho isto estranho, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, acham bem que se dê ordens às assembleias de freguesia?”

#### **Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):**

"Continuo na lógica do esclarecimento. Isto ao fim e ao cabo vem ao arrepio do que estivemos a discutir até aqui.

Muitos grupos parlamentares, muitas forças política, os seus partidos já fizeram todas as auscultações possíveis junto das assembleias de freguesia. Todos nós sabemos do que se trata qual é a opinião de todas as juntas e de todas as assembleias de freguesia. Sobre isso, ninguém tem dúvida nenhuma.

Mas quer-se reinsistir, quer-se voltar a perguntar, quer-se formalizar o processo, eu até ai ainda vou, quer se dar uma outra consistência, uma outra publicidade, mas levantasse para mim sempre um problema, e qual é o problema que se levanta?

É que, depois de auscultar e atender às indicações precisas sobre o sentido das populações, em cada uma das Assembleias de freguesia, o que é que resta para esta Assembleia Municipal. Esta assembleia Municipal vai votar em coerência com o sentir e as indicações precisas das freguesias, ou vai votar contra, ou vai votar livremente, e pode dizer que vota contra?

O problema que coloco em consciência é a questão de saber em que papel, em que posição é que fica uma Assembleia com esta natureza, que é autónoma, tem a sua própria identidade, que tem os seus próprios juízes políticos, que repõe perante o eleitorado e dos partidos políticos que nos colocaram aqui, que tem que se subordinar segundo o texto que aqui está, se este texto não estivesse estaria completamente de acordo às indicações precisas e concretas, de cada uma das assembleias de freguesia, e então o que fica para nós? O que fica para esta Assembleia? Zero, temos que simplesmente abanar com a cabeça.

Portanto, sinceramente meus caros amigos, nesta lógica neste entendimento, se não houver um entendimento que clarifique este ponto, o Partido Socialista vai-se abster.”

#### **Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldes (Por Coimbra):**

“O documento que aqui está tem que ser analisado.

Em primeiro lugar acerca da legalidade em que o mesmo assenta. E se a Mesa está em condições, ou não está em condições de o poder receber tal como ele se encontra formulado.

Em segundo lugar, esta Assembleia não tem competência para poder deliberar nos termos, em que, a situação é aqui colocada.

Se os senhores quiserem votar, e se a Mesa aceitar não há problema da nossa parte.

Mas, se eventualmente deste documento que aqui está a Mesa e entender que existe sustentabilidade para depois dar sequência aquilo que aqui está do ponto de vista funcional, mas eu não vejo que a Mesa tenha condições para poder posteriormente dar sustentabilidade a este documento e nos termos em que a proposta está aqui a ser formulada.

A Mesa deve ponderar seriamente em que circunstâncias é que o assunto está a ser colocado. Nós não queremos entrar aqui numa votação em perversão da lei orgânica do referendo. Não queremos confusões, nem queremos lançar a confusão porque eventualmente nós não estamos na disposição de fazer demagogia política.”

#### **Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

“Não quero ofender o deputado Moisés, mas não posso deixar de dizer que mais uma vez, parece que temos aqui um problema de dislexia.

Porque de facto no ponto três, não está aqui nada escrito a dizer que a Assembleia que subordina, o que tem que fazer ou deixar de fazer. Diz tão somente isto .

*“Que a consulta às populações, embora sem carácter vinculativo, por força da lei, seja seriamente levada em conta pelas diversas forças políticas representadas nesta Assembleia na sua tomada de decisão, devendo estas retirar as consequências políticas da expressão das populações que representam e decidir em coerência com posições anteriormente assumidas.”*

Devo lembrar que a própria lei nº22, no seu artigo 11º, ponto 4 diz assim:

*“As Assembleias de Freguesia apresentam pareceres, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, os quais com os princípios de parâmetros da presente lei devem ser ponderados pela Assembleia Municipal no quadro de preparação da sua pronúncia”.*

É a lei nº 22, que nós nem estamos em pleno acordo com ela, o que nós queremos é qualificar este ponto.

O que nós propomos é valorizar ou não valorizar a componente participativa e a auscultação das populações.

Os senhores não querem ouvir as populações votam contra, nós achamos que a população deve ser ouvida. É tão simples quanto isto não vale apenas arranjar mais argumentos, quando não querem que seja votado este documento.”

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“O senhor deputado, perdoe-me, fez alguma luz sobre isso, ao citar a lei, que agora referiu.

Pois se nós estamos contra estas leis, contra os parâmetros que ela define, se essa mesma lei na qual estamos contra, pede às assembleias de freguesias, um parecer, um parecer que afinal os senhores do Bloco de Esquerda estão contra,

não vou a sujeitar a assembleia de freguesia de um parecer que eu já sei, como digo naquele requerimento que eles são contra esta extinção das freguesias. Nós não votaremos esta moção porque o seu conteúdo está na lei aprovada na Assembleia da República.”

**Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):**

“Esta moção não bem trazer nada de novo que não esteja a acontecer no terreno. Ainda hoje o meu colega de bancada já o referiu, há muitas assembleias de freguesia que tem estado a apreciar moções e a votar favoravelmente, ou seja, contra a extinção, em hoje nos foi entregue às diversas forças políticas uma moção de rejeição. Portanto, no fundo o que aqui está é dar continuidade àquilo que tem estado a ser feito no terreno. Por isso, a mim não me choca votar.”

**Presidente da Assembleia.**

“Ponho à votação mas sinceramente estar a votar uma coisa que me tira a responsabilidade, não concordo.

Não queria, mas a freguesia votou x eu assumo a responsabilidade por inteiro, e não voto em nada que me tire as responsabilidades porque eu as assumo.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia leu a conclusão da Moção do Bloco de Esquerda com as alterações para que os deputados municipais fossem bem esclarecidos, prosseguindo a votação:

**Moção**

Considerando:

-que a Reforma Administrativa Territorial Autárquica materializada na Lei 22/2012 de 30 de Maio consubstancia uma profunda alteração na configuração das freguesias, através de um processo que conduz à extinção, fusão ou agregação das mesmas;

- que as alterações estruturais da configuração das autarquias, a serem concretizadas de acordo com os parâmetros da Lei 22/2012, acarretam consequências muito concretas na vida dos respetivos fregueses e na sua relação com o espaço, com os serviços e com os poderes locais, acentuando uma lógica centralista que prejudicará irremediavelmente a proximidade entre eleitos e eleitores, quando esta constitui objetivamente uma das mais valias das freguesias;

- que as freguesias são realidades secularmente construídas e sedimentadas na consciência cívica, política, social e cultural das populações, das quais resultam fortes sentimentos de pertença e identidade histórica;

- que a divisão administrativa das autarquias locais é algo que resulta de conjunturas políticas e orientações ideológicas mutáveis, mas também de realidades demográficas, da ocupação e desenvolvimento do território, que são por natureza dinâmicas;

- que eventuais alterações na divisão administrativa das autarquias locais devem ser sujeitas a um amplo debate e consulta das populações, tal como decorre da Carta Europeia de Autonomia Local, em vigor na ordem jurídica portuguesa partir de 1 de Abril de 1991, que defende a consulta popular. De acordo com o artigo 4.º, n.º 6 desta Carta “*As autarquias locais devem ser consultadas, em tempo útil e de modo adequado, durante o processo de planificação e decisão relativamente a todas as questões que diretamente lhes interessem*”. E no seu artigo 5.º estabelece-se a obrigatoriedade de consulta prévia das autarquias



locais interessadas *relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita.*

- que a dita Lei, tal como foi promulgada, nas costas dos autarcas e das populações que estes representam, é a expressão de um profundo desprezo e desrespeito pelo poder local, primeiro patamar da democracia e nível mais próximo de participação cívica das populações na tomada de decisões que lhes dizem respeito e afetam o espaço que ocupam quotidianamente;
- que em Coimbra, as diversas forças políticas representadas na Assembleia Municipal se têm vindo a pronunciar, através dos seus eleitos, contra o processo de extinção, fusão ou agregação de freguesias, recusando-se a assumir o papel de coveiros das suas freguesias, para o que não foram eleitos, nem tão pouco mandatados;
- que os autarcas eleitos, nomeadamente os da Assembleia Municipal, que serão chamados a decidir sobre uma proposta de extinção, fusão ou agregação de freguesias, não foram eleitos com base em qualquer proposta eleitoral que os mandatasse para tal, pelo que carecem de legitimidade democrática para tomar uma decisão desta importância.
- finalmente, considerando que o envolvimento e participação das populações no debate público é uma necessidade e uma exigência democrática que melhora e aprofunda a qualidade da democracia representativa, complementando e reforçando-a.

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida extraordinariamente no dia 24 de julho de 2012 delibere, em coerência com posições anteriormente assumidas, nomeadamente na Assembleia Municipal de 1 de Março, em que foi aprovada uma moção proposta pelo Bloco de Esquerda que assumiu expressamente “a defesa da realização obrigatória de consultas locais nas autarquias afetadas, quando, após estudo adequado das situações, esteja em causa a criação, extinção, fusão ou alteração territorial das autarquias locais”:

Organizar um processo de auscultação das populações acerca de eventuais cenários de extinção e agregação de freguesias que poderão decorrer da aplicação da Lei 22/2012. Esta consulta deverá decorrer no mês de Setembro, de modo a permitir a sua conclusão atempada, a fim de fornecer indicações precisas sobre o sentir das populações antes da pronúncia desta Assembleia prevista nos termos da Lei.

Que este processo seja levado a cabo pelas respetivas Assembleias de Freguesia, abertas a toda a população e com a presença de representantes de todos os grupos municipais representados na Assembleia Municipal. Para tal devem ser convocadas sessões públicas da forma e pelos meios julgados mais convenientes.

Que a consulta às populações, embora sem carácter vinculativo, por força da lei, seja seriamente levada em conta pelas diversas forças políticas representadas nesta Assembleia na sua tomada de decisão, devendo estas retirar as consequências políticas da expressão das populações que representam e decidir em coerência com posições anteriormente assumidas.

Posta a votação a moção do Bloco de Esquerda atrás transcrita.

51 votos contra, 9 votos a favor, 2 abstenções

Esta moção foi reprovada.

**Declaração de Voto de Pinto Ângelo.**

“Eu voto a favor, desta moção na exacta medida em que não me sinto minimamente condicionado, pelas posições políticas tomadas noutras sedes e que me permitam raciocinar e decidir em melhor conformidade com os interesses do povo de Coimbra.”

Posto à votação o requerimento apresentado pelo PS atrás transcrito foi o mesmo aprovado com 37 votos a favor e 25 abstenções.

E sendo 19 horas o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.